

RTN
2021

Abril

Publicado em
27/05/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um superávit de R\$ 16,5 bilhões em abril de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 93,0 bilhões observado em abril de 2020 (termos nominais). O resultado foi significativamente superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 20,0 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 35,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 18,7 bilhões. Comparado a abril de 2020, a melhora no resultado primário observado decorre da combinação de um aumento real de 58,8% (+R\$ 51,6 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 34,4% (-R\$ 64,2 bilhões) das despesas totais.

O aumento da receita líquida no mês é derivado principalmente do crescimento das receitas administradas (+R\$ 32,5 bilhões) e da arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 10,9 bilhões), influenciados pela arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL (+R\$ 1,5 bilhão), aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, balanço trimestral e declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL), pelo comportamento dos tributos sobre o comércio exterior e pelo maior diferimento de tributos em 2020 quando comparados a abril de 2021. A diminuição nas despesas primárias, por sua vez, foi influenciada, principalmente, pelas reduções nos pagamentos de: (a) créditos extraordinários (-R\$ 32,0 bilhões, comparado ao mês de abril de 2020); (b) subsídios (-R\$ 18,0 bilhões, justificado pela implementação do programa de Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial, em abril de 2020, sem correspondência em abril de 2021); (c) benefícios previdenciários (-R\$ 6,0 bilhões, resultado da antecipação no pagamento de parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas em abril de 2020, sem contrapartida em abril de 2021); e (d) despesas discricionárias (-R\$ 4,4 bilhões).

Com o número de abril, o resultado acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 41,0 bilhões, ante déficit de R\$ 95,9 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 116,8 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 75,8 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até abril, a receita líquida anotou aumento de 18,0% (+R\$ 78,1 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 12,2% (-R\$ 65,7 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 61,1 bilhões), na arrecadação líquida para o RGPS (+ R\$ 10,6 bilhões) e nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 16,9 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 10,4 bilhões).

Do lado da despesa, no primeiro quadrimestre de 2021, destacam-se as reduções em créditos extraordinários (-R\$ 25,0 bilhões), subsídios (-R\$ 19,9 bilhões) e benefícios previdenciários (-R\$ 4,6 bilhões) pelos mesmos motivos apontados anteriormente. Ainda, cabe destacar a diminuição de R\$ 11,6 bilhões nas despesas discricionárias, influenciada pela demora na aprovação do orçamento e pela execução mensal no regime de 1/18 do PLOA, bem como registrar a queda nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 4,3 bilhões), quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Tesouro Nacional referente ao mês de abril é divulgado uma semana após o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 2º Bimestre, previsto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Este relatório traz uma visão prospectiva das variáveis fiscais para o exercício de 2021 e reflete, em grande medida, os números aqui apresentados.

Ambos os documentos revelam os efeitos positivos da atividade econômica mais forte sobre o resultado primário do Governo Central. O resultado primário acumulado no ano até abril é R\$ 136,9 bilhões melhor que no mesmo período de 2020. Ao mesmo tempo, a projeção do resultado primário para o fechamento do ano é R\$ 98,3 bilhões superior à previsão anterior. Essa dinâmica positiva da atividade econômica, aliada à estratégia de restringir o afastamento das regras fiscais somente para as ações vinculadas ao combate à pandemia e aos seus efeitos, tem levado a déficits primários próximos ao piso das estimativas coletadas pelo Sistema Prisma Fiscal da Secretaria da Política Econômica.

A percepção de um ambiente econômico mais robusto do que o inicialmente projetado, a viabilização de ações de combate à pandemia que não comprometem o instrumental de controle das finanças públicas, e o fortalecimento do arcabouço fiscal por meio da Emenda Constitucional Nº 109 de 2021 (Novo Marco Fiscal), promoveram efeitos positivos sobre as chamadas condições financeiras. Observa-se que, mesmo com um início mais rápido do ciclo de aperto monetário, não houve piora da percepção dos riscos fiscais. Desde a primeira elevação de juros pelo Comitê de Política Monetária até a presente data, o Credit Default Swap de 5 anos do Brasil caiu cerca de 20bps, ainda que fatores externos também tenham contribuído para esta redução.

No cenário doméstico, os resultados de leilões de concessão são um bom exemplo da combinação do otimismo com a atividade econômica e seus impactos sobre o setor público. Os 22 aeroportos leiloados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em abril foram arrematados com um ágio médio de 3.822,61%, gerando uma receita adicional ao lance mínimo de R\$ 3,1 bilhões. Já o leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), também em abril, concedeu três dos quatro blocos ofertados, com um ágio de 114%, gerando uma perspectiva de reforço de caixa do setor público de R\$ 22,6 bilhões, sendo R\$ 10,6 bilhões acima do originalmente previsto.

A retomada da confiança dos agentes econômicos e a melhora das condições financeiras permitem a retomada da economia brasileira após o forte choque negativo provocado pela pandemia de Covid-19. As condições financeiras favoráveis são representadas, principalmente, por taxas de juros de longo prazo, que determinarão a retomada dos investimentos, a geração de novos empregos e o crescimento sustentável do PIB.

A manutenção desta recuperação requer a continuidade do protocolo adotado pela política fiscal em 2020 e em 2021, com as medidas emergenciais sendo tratadas como exceções por meio de cláusulas de escape das regras fiscais e as despesas permanentes respeitando as regras fiscais compatíveis com o período de normalidade. Essa estratégia garantiu o controle das expectativas sobre a solvência das contas públicas brasileiras num momento de muita turbulência. A consolidação fiscal e a confiança dos agentes econômicos

são fundamentais para manter a recuperação econômica em curso e para construir as condições necessárias para uma economia vigorosa no período pós-pandemia.